

Capítulo 7

Kalabari, Calabar e a releitura contemporânea dos Quilombos

Ana Cláudia de Jesus Barreto

1. INTRODUÇÃO

A cidade capitalista é o palco de luta entre as classes sociais em decorrência dos conflitos de interesses em torno do uso da terra urbana. Como afirma Maricato (2011), a terra é um nó. O direito à cidade é letra morta para o contingente populacional que não tem acesso a um nível de renda compatível para comprar a cidade legalizada. A solução encontrada pela ausência de investimento público no campo habitacional para este contingente é a ocupação das terras alheias. Tal fato abre um campo de conflitos em torno da propriedade da terra e, ao mesmo tempo, favorece a formação de outra cidade reconhecida como informal, que é incompatível com a ordem burguesa planejada para o embelezamento dos empreendimentos de alto custo destinados àqueles que podem pagar o seu preço. Essa realidade automaticamente expulsa das áreas valorizadas aqueles que não podem arcar com esse modelo de cidade, segregando-os nas periferias e favelas.

A cidade de Salvador, pela sua organização interna e sua formação de dois andares, já projetava o futuro numa perspectiva da segregação racial. À medida que a cidade foi crescendo, os negros foram empurrados para longe dos muros da cidade e constituindo as áreas periféricas, estabelecendo a segregação horizontal. Certos bairros periféricos de Salvador têm raízes nos quilombos e nas casas de candomblés, distantes do centro da cidade.

A história das pessoas negras no Brasil é de resistência contra todas as formas de opressão, de violência contra seus corpos, sua cultura, seus valores, desejos, emoções e da liberdade. A trajetória do Calabar reafirma essa resistência contra a sociedade racista, hierarquizada, segregacionista, que exclui os indesejáveis que estão nas cidades e que têm “cor” e endereço geográfico.

Entretanto, os moradores do Calabar foram contra a ordem urbanística planejada para atender as classes hegemônicas. Desafiaram os interesses do mercado imobiliário e o poder público através da organização da associação de moradores e enfrentamento com os gestores públicos nas reuniões. Pressionaram por melhorias urbanas na comunidade através das passeatas, implantação de grupos de estudos e de teatro. Além disso, construíram a Escola Aberta, posto de saúde e uma creche comunitária, com a participação ativa das mulheres, que foram as idealizadoras desses equipamentos públicos.

Hoje, o Calabar é um bairro popular consolidado em meio à riqueza do seu entorno. Em decorrência da resistência na luta pela terra, seus moradores desenvolveram uma identidade racial e comunitária. Eles permaneceram no território de pobreza e precariedade habitacional até conseguirem as melhorias urbanas e a posse da terra. Uma vez que entenderam que tinham o direito de viver e morar na cidade, remaram contra a ordem urbana que exclui, segrega, remove e estigmatiza a população negra e empobrecida.

Segundo dados do IBGE (2010), a população do Calabar estava estimada em 6.484 habitantes. Distribuídos entre 9,81% brancos, 43,43% pretos, 1,17% amarelos, 45,06% pardos e 0,52% indígenas.

Antes, os quilombos eram os espaços negros de resistência contra a ordem escravista, perseguidos pela elite imperial e republicana. Na modernidade, são os espaços de moradia (periferia, a favela, os assentamentos precários), considerados nesta pesquisa a representação dos quilombos, que são os campos abertos de resistência contra o Estado e o capital imobiliário. O Calabar, no interior deste trabalho, é entendido como a representação de um quilombo, porque é indesejado pela elite branca do seu entorno. Os moradores, por serem negros e pobres, são estigmatizados como classe perigosa e, diante do risco

de remoção, foram resistentes até alcançarem a permanência no lugar e as melhorias habitacionais.

Todos esses elementos indicativos utilizados para fazer um comparativo se misturam dentro da realidade complexa de conflitos de classes e resistência permanente dentro de uma lógica ofensiva do capital que promove a barbárie dos tempos modernos. O Calabar é uma porção de terra que reúne gente pobre e preta que carrega e engrossa a estatística da baixa escolaridade, da inserção precária no mercado de trabalho, dos baixos rendimentos e da fragilidade da posse da terra. Tudo isso traduz um significado de que o passado está presente, o moderno e o arcaico se combinam e são reproduzidos pelo racismo institucional.

A metodologia utilizada foi a análise de fontes primárias e secundárias, como a pesquisa de campo. O estudo sugere que somente através da luta coletiva contra uma sociedade estruturada na hierarquia das raças, que mantém nas suas instituições públicas e privadas o racismo, será possível romper as barreiras invisíveis para materializar o direito de existir na cidade.

2. DO QUILOMBO DOS KALABARI À FORMAÇÃO DE BAIRRO PROLETÁRIO: A LUTA PELA MELHORIA DO HABITAR

A história do bairro Calabar é emblemática, como tantas outras histórias da população negra e pobre situada nas cidades brasileiras. Dentre várias lutas travadas, estão a da moradia e permanência no lugar em que se encontra. Pois, por mais precária que a região seja devido à falta dos serviços públicos e à escassez de infraestrutura, é a saída encontrada para satisfazer a necessidade humana de habitar, de abrigar e de se proteger.

Existem duas versões que explicam o aparecimento do bairro. A primeira está relacionada à época da escravidão. Esse fato foi evidenciado quando houve um levantamento histórico realizado por técnicos da prefeitura. Na ocasião, o historiador Cid Teixeira informou que os escravizados trazidos do norte da Nigéria, de uma área denominada Kalabari, ao fugirem dos senhores dos engenhos, formaram um quilombo onde hoje está situado o bairro que se chamava “Quilombo dos Kalabari”. Segundo Conceição (1984), essa descoberta fortaleceu o bairro, pois o que à época da escravidão era um símbolo de resistência dos ancestrais africanos, hoje também representa um símbolo “de resistência ao neoescravidismo do século vinte, quando um punhado restrito de pessoas tudo possui e as multidões sequer tem o direito de possuir um pedaço de terra” (CONCEIÇÃO, 1984, p. 22).

Os dados disponíveis na página eletrônica da Fundação Gregório de Mattos¹ confirmam essas informações:

Segundo o historiador Cid Teixeira, alguns escravos trazidos de uma região da África, chamada de Kalabari (atual Nigéria), se refugiaram e construíram um Quilombo (Quilombo dos Kalabari) onde, hoje, está o bairro do Calabar (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, 2018, p. 1).

Apesar dessa afirmativa, não existe nenhuma manifestação de intenção dos moradores para conquistar o reconhecimento do território enquanto remanescente de quilombola. A luta pela propriedade da terra sempre foi a centralidade da mobilização comunitária, em decorrência das constantes ameaças de retirada, e o deferimento desse reconhecimento resolveria a questão do direito à propriedade. Contudo, apesar de os moradores reconhecerem essa origem, conforme

1 Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=9&cod_polo=9. Acesso em: 15 jan. 2019.

consta no livro de Fernando Conceição (1984), não se movimentaram para abrir um processo de certificação.

A segunda versão é de que o local era uma antiga fazenda, chamada Fazenda São Gonçalo, que no final da década de 1940, segundo os moradores mais antigos, foi ocupada. E há uma disputa para garantir quem foi o primeiro morador do bairro. Outros apontam que a formação do bairro se iniciou na década de 50 e que a partir do fim dos anos 60 ocorreu um adensamento populacional, pois chegaram moradores de outras ocupações, expulsos de suas moradias para dar lugar a construções de alto padrão, como hotéis e conjuntos habitacionais destinados à classe média. Como afirma Kowarick (1979, p. 82), “as transformações urbanas só podem se realizar como um rolo compressor que esmaga todos aqueles que não têm recursos para conquistar os benefícios injetados na cidade.”

[...] diversas invasões próximas ao Calabar cederam lugar às ambições políticas administrativas do prefeito, que no lugar dos barracos passou o trator para abrir estradas ou construir imponentes hotéis cinco estrelas, como fizeram com a invasão ‘Bico de Ferro’, na Ondina. [...] Uma outra comunidade de gente proletária que circunvizinhava o Calabar – o bairro do Mirante – também nessa época cedeu às investidas de algumas imobiliárias. [...] O Calabar foi sendo cercado por edifícios e belos casarões. Cada dia era mais espremido pelas construções das grandes imobiliárias. Enfim, já se podia prever o destino desse bairro (CONCEIÇÃO, 1984, p. 22-23).

Somado a esse grupo, há, ainda, os migrantes que saíram das áreas rurais rumo à capital em busca de emprego. Contudo, a oferta de empregos urbanos não corresponde ao ritmo dos migrantes, resultando, desse processo, em bairros de extrema pobreza, por exemplo, as denominadas favelas (CAMPOS FILHO, 1992).

3. A LUTA PELO DIREITO A TER DIREITO À CIDADE

A habitação nas periferias, nas favelas, nos assentamentos precários são fórmulas encontradas pelos trabalhadores de baixo rendimento para subsistirem nas cidades. As moradias são construídas em locais sem infraestrutura, de forma parcelada, pelo próprio morador ou com ajuda de parentes e amigos nos fins de semana, através do chamado mutirão. Isso é o resultado de salários deteriorados, e é uma das formas de inserir a mão de obra no processo produtivo e permitir sua reprodução a baixo custo (KOWARICK, 1979). O valor da terra também implica no processo de formação do problema habitacional, porque está sob a égide da especulação imobiliária, pela qual é valorizada permanentemente, tornando-se uma mercadoria inacessível para boa parcela da população. Assim, essas pessoas se segregam em espaços desprovidos de serviços públicos e podem, a depender do interesse do capital imobiliário, ser expulsas a qualquer momento.

Figura 1 – Condições habitacionais do bairro Calabar na década de 70



Fonte: CONCEIÇÃO, Fernando (1984, p. 29).

Pobre dentre os pobres, este estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário (KOWARICK, 1979, p. 86).

A luta dos moradores junto ao poder público para reconhecer as necessidades básicas do bairro, como água, luz, esgotamento sanitário e, também, para a legalização da posse da terra teve início quando um grupo de jovens entre 14 e 21 anos, motivados por uma gincana, criou, em 12 de setembro de 1977, o Grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC).

A partir de então, esses jovens começaram a discutir os problemas do bairro em reuniões, envolvendo os moradores interessados na melhoria da comunidade. O local era considerado uma comunidade de doentes devido às condições insalubres, moradias extremamente precárias, esgoto a céu aberto, onde era comum as crianças caírem e ingerirem lama e água contaminada. Segundo Conceição (1984), as mães achavam que seus filhos estavam gordinhos ao verem suas barrigas inchadas e grandes, mas na verdade o Calabar não passava de uma “comunidade doente, sem assistência nenhuma dos poderes públicos” (CONCEIÇÃO, 1984, p. 24).

[...] Com a combinação entre processo de urbanização da pobreza e a inserção precária desses moradores na cidade, os bens e serviços públicos que melhoram a condição da urbanidade dos bairros tornam-se uma das mais importantes demandas populares, levando a mobilização locais relacionadas a moradia, transporte, saúde, saneamento etc. (ROLNIK, 2015, p. 181).

A formação do JUC foi fundamental para a mobilização da comunidade, que se sentia apática e desesperançosa frente ao descaso do poder público. Porém, no

dia 8 de junho de 1979, dois meses após receber a comissão de moradores em seu gabinete, o prefeito à época, Mário Kertész, visitou a comunidade que dizia desconhecer e um dos membros do JUC, o jovem Fernando Conceição, leu o documento preparado para aquela ocasião. Um dos trechos dizia:

[...] E por que o governo não cuida da rua que a ele pertence? Ou melhor, por que não cuida do seu povo, pois aqui já não falamos da rua, mas de gente pobre e humilde – contudo trabalhadora – na qual não se pode depositar toda a culpa desse mal social, que é a falta de habitação no nosso país (CONCEIÇÃO, 1984, p. 43).

Desde o surgimento da comunidade, nenhuma autoridade pública havia visitado o local. Depois do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, foi a vez do prefeito Mário Kertész, que se comprometeu a realizar obras de melhorias, delegando, assim, um assessor para mediar a relação entre a comunidade e a prefeitura. As primeiras medidas foram: a retirada de 50 toneladas de lixo acumulado por muitos anos, iluminação, conserto e implantação de pontes de madeira. Essas medidas foram consideradas de curto prazo.

O primeiro ato público ocorreu na véspera da visita à Salvador do Presidente do Brasil, João Figueiredo, causando, assim, uma tensão muito grande entre o prefeito, seu assessor e a comunidade. Portando cartazes nas mãos com frases como “Abaixo a tapeação”, “Cinco mil pessoas, três mil crianças na Calabar não têm esgoto, nem água”, sessenta moradores caminharam até a sede da Secretaria de Segurança Pública para pressionar o poder público. Para Rolnik (2015), nos locais onde o poder público é considerado como “Estado que não chega” ou o “Estado ausente” existe uma expressão da presença do Estado nos territórios de pobreza, através dos processos de formação, consolidação e remoção desses territórios.

Figura 2 – Primeiro ato público dos moradores do Calabar



Fonte: CONCEIÇÃO, Fernando (1984, p. 48).

Na década de 80, foi fundada a Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar, que organizou uma passeata com o objetivo de cobrar as reivindicações que não foram cumpridas pelo prefeito até aquele momento, na qual a população do Calabar caminhou em direção à sede da prefeitura, percorrendo um total de 20km. Os moradores exigiram a presença do prefeito, que se recusou a recebê-los e, estrategicamente, tentou fazer com que conversassem com seus assessores, proposta que foi recusada. No final, mesmo não sendo recebidos pelo prefeito, eles se sentiram vitoriosos pelo efeito que causaram e, ao mesmo tempo, refletiram que jamais haviam participado de uma mobilização como aquela, desabafando sobre a opressão de que são vítimas (CONCEIÇÃO, 1984).

Harvey (1980) realiza um movimento de construir uma teoria normativa de alocação espacial ou territorial baseada em princípios de justiça social, considerando que esta é um bem limitado e que deve ser pensada como um motor para resolver direitos conflitivos. “A justiça social é uma aplicação particular de

princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual” (HARVEY, 1980, p. 82). A questão colocada pelo autor é de que se a divisão do trabalho aumenta a produção, como, então, distribuir o resultado entre aqueles que cooperam com o processo?

Os princípios de justiça social, quando aplicados às questões geográficas, são aqueles que dizem respeito à organização espacial e ao padrão de investimento que satisfaça as necessidades da população, e à alocação de recurso territorial, que também provê benefícios “extras”. Os desvios dos investimentos do território são tolerados desde que sejam utilizados para superar os desafios próprios do meio. Esses princípios, segundo Harvey (1980), podem ser utilizados para as distribuições espaciais existentes.

A distribuição justa é aquela em que a repartição de renda ocorre de tal forma que a necessidade da população é localizada no território, os recursos são distribuídos para maximizar os “efeitos multiplicadores” entre os territórios e os extras são utilizados para resolver as dificuldades específicas tanto do meio físico como social. Ainda, os mecanismos de ordem institucional, econômico, político e organizacional deveriam funcionar de modo que as perspectivas dos territórios menos favorecidos fossem maiores do que poderiam ser. O problema reside encontrar uma organização social, econômica e política onde essa condição seja obtida e mantida (HARVEY, 1980).

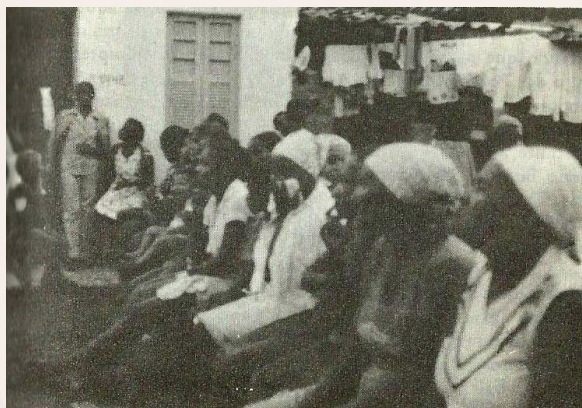
Os recursos públicos que deveriam ser alocados para o atendimento das necessidades de territórios menos favorecidos são canalizados para locais mais privilegiados, manifestando a distribuição injusta. Isso porque há uma cooperação no processo de produção através da divisão do trabalho e não há uma apropriação igualitária dos resultados ou da renda acumulada, que acaba sendo canalizada para atender a parcela da população que controla as organizações políticas e econômicas.

O direito à cidade não é resultado de caprichos e modismos. Surge, portanto, das ruas e dos bairros, como um grito de socorro de uma população marginalizada e estigmatizada pelo poder político e pela classe hegemônica. Pensar a cidade que queremos não é algo separado de idealizar o tipo de pessoa que queremos ser. Por isso, o direito à cidade vai além do acesso individual ou grupal aos recursos urbanos, é o direito de mudar e reinventar esse lugar a partir dos nossos desejos. E esse processo depende do exercício do poder coletivo sobre o processo de urbanização. O movimento de fazer e refazer a cidade que queremos é um dos direitos humanos mais desprezados (HARVEY, 2014).

Se a gente tá aqui é porque somos quase igual a eles [...] a gente se considera gente, igual a eles não, porque eles tem dinheiro e poder, mas a gente não fica embaixo [...] a gente apanhava pra poder conseguir as coisas aqui pra gente [...] quando eu cheguei aqui era resto de cemitério e defunto, era caixão, era tudo, jogava tudo de lá pra cá [...] meti as caras fiz meu barraco (D. Maria do Carmo).

A luta dos moradores do Calabar foi inspirada na dos seus antepassados que foram escravizados. Aquela luta era representada pela liberdade de viver sem castigos, sem opressão, sem qualquer tipo de violência imposta para trabalhar, de viver seus ritos, sua cultura e cultivar seus valores identitários que foram menosprezados, diminuídos e subjugados pela ideologia eurocêntrica.

Figura 3 – Moradores na reunião do bairro



Fonte: CONCEIÇÃO, Fernando (1984, p. 51).

Os jovens que se uniram para promover melhorias urbanísticas no seu *locus* habitacional pensavam na coletividade negra espoliada que chegou até ali através de um longo processo de descaso da elite política e econômica do país. E eles não podiam aceitar a ordenação social hierarquizada, estruturada ao longo dos 300 anos de escravidão no Brasil.

Direcionados por uma consciência de classe e de grupo racial, entendiam que existia um processo perverso de exclusão e de segregação espacial da população negra e pobre na cidade que, por regra, ocupava a periferia, os locais mais inóspitos, rudes, sem infraestrutura básica. Mas para onde ir se não existia alternativa melhor? Se não existia uma política habitacional que os contemplasse? Ali era o que restava e, por isso, resolveram lutar contra a ordem hegemônica em período de recessão do regime político ditatorial. Então, contrariando todas as expectativas, se tornaram símbolo de luta e resistência, e, assim, é conhecido o bairro Calabar.

O que esses jovens queriam era romper com o “círculo vicioso” que se forma pela ausência de equipamentos básicos e de serviços públicos, além das características da vida e do trabalho dos seus moradores. Esses elementos têm um efeito cumulativo e, além de reforçarem, agravam as condições de vida dos trabalhadores pobres da cidade. [...] “a cidade está estruturada de uma maneira tal que destina aos trabalhadores de baixa renda não apenas o pior espaço, mas a pior qualidade de vida. Não é uma cidade feita para os pobres” (CALDEIRA, 1984, p. 64).

4. QUILOMBO E FAVELA: A (RE)AFIRMAÇÃO DA RESISTÊNCIA DO POVO PRETO

A vivência das desigualdades sociais se dá no cotidiano e nos espaços onde são reproduzidas as relações sociais. É privilégio, nessa discussão, o espaço de moradia – a periferia, a favela, os assentamentos precários etc. – como lugares que abrigam uma parcela majoritária da população negra, e que são uma representação do quilombo. Anteriormente, era o quilombo, e, hoje, são os espaços precários de moradia que abrigam a população pobre e negra. Essa relação está embebida de significados e expressa, também, na contemporaneidade o lugar que o poder hegemônico relega, confina e segrega esse grupo racial.

O quilombo e a periferia estão associados à evidência pela presença da favela. Imaginário quilombola é restaurado com a luta do negro brasileiro pela inclusão e é assim que aparece na linguagem do *rap*. O quilombo era o território dos libertos no sistema escravista, em que eles podiam ser recriados como cidadãos, em oposição ao cativo, como participantes das relações sociais por meio de outra identidade territorial. A favela como sinônimo de exclusão social, localizada na periferia, traduz uma territorialidade dos que foram desterritorializados, pois estamos falando de uma terra de migrantes (CARRIL, 2013, p. 178).

Resistir é um projeto de vida da população negra e pobre que luta pela sua existência, resistir para existir numa sociedade construída com base na hierarquização a partir do critério da cor, que define quem deve ou não ter acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente ou quem deve ou não viver. Segundo Berth Joice² (2019), os espaços das cidades são o reflexo das hierarquias raciais que são dadas pelo sistema sociopolítico. O racismo desenhou cidades excludentes e segregacionistas, reforçando, dessa forma, a supremacia branca como forma de poder predatório.

Carril (2013), ao fazer uma abordagem da manifestação do *rap* como uma linguagem que informa a realidade a partir de um território na cidade segregada, entende que as letras são um enfrentamento entre o segregado e a exclusão que lhe é imposta. É uma forma de comunicação e de pensar o mundo a partir da vivência e da busca pelo significado da história do negro no Brasil: “querem nos destruir, mas, não, mas não vão conseguir, se aumentam a dosagem nós iremos resistir, evoluir, não se iludir com o inimigo que transforma cidadão em bandido [...]”³.

Conforme Paixão (2003) explica, a exclusão social vivida por negros(as) desmente por completo o mito de que as peculiaridades do nosso meio sejam indiferentes à cor ou à etnia, levando-o a questionar as orientações das políticas públicas e das pesquisas sociais que insistem em ignorar os problemas vivenciados pelos negros no Brasil.

A negação ao direito é a regra, a exceção é a concessão pelo poder hegemônico – em razão da pressão realizada pelos movimentos sociais e da resistência

2 Disponível em: https://www.geledes.org.br/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/?utm_medium=ppc&utm_source=onesignal&utm_campaign=push&utm_content=onesignal. Acesso em: 25 abr. 2019.

3 Trecho da música Antigamente Quilombo, hoje periferia. Banda Z'África Brasil. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/zafrica-brasil-musicas/186764/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

da população negra no interior das formas espaciais, nas favelas ou periferia – como uma estratégia de manutenção do projeto político de sociedade que deixa descobertas as injustiças sociais. Por isso, o projeto de quilombo sempre reaparecerá, enquanto o mito da democracia racial encobrir a realidade das desigualdades raciais no Brasil.

Sendo assim, o quilombo de ontem é representado na periferia, nas favelas, nos assentamentos subnormais de hoje, os quais considera-se como quilombos contemporâneos porque guardam uma semelhança chamada resistência, que é o fio condutor para a discussão aqui levantada.

Os seus becos, vielas, as moradias modestas guardam histórias de vida das mais diversas e uma trajetória de exclusão permanente do processo civilizatório. As conquistas alcançadas pela comunidade do Calabar (escola, creche e posto de saúde), ao longo da trajetória de resistência contra a opressão branca, não foram cedidas pelo poder público. Mas foram resultado da soma do esforço coletivo através de valores democráticos, solidários e culturais que culminaram na materialização de cada equipamento social que, hoje, atende as necessidades dos moradores pelo menos nas áreas básicas, como educação e saúde⁴.

Isso é quilombismo, segundo a definição de Abdias Nascimento (1980). Uma comunidade que resiste ao longo do tempo contra a exploração de classe e contra a sua remoção de uma área valorizada pelo capital, demonstrando que ser negro e pobre, na sociedade brasileira, requer um esforço coletivo para existir dentro da ordem branca que, neste caso, significa a imposição da trajetória de exclusão através da inclusão precária no circuito do consumo dos bens e serviços ofertados.

4 Os moradores fizeram queixas com relação à falta de médico para atender a comunidade. No período da entrevista, em janeiro de 2019, apenas havia uma médica para atender os pacientes. A administração do Posto de Saúde é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Salvador.

A estratégia de resistência da comunidade do Calabar, em meio à longa trajetória de espoliação urbana entendida por Kowarick (1979) como sendo o somatório de extorsões que se opera por meio da ausência ou pela precariedade de serviços de consumo coletivo que são necessários para o mínimo da sobrevivência humana, foi de certa forma motivada pela origem histórica do local. Sendo assim, essa memória precisava ser mantida a fim de que resistissem “as ameaças de destruição da identidade sócio-comunitária” (CONCEIÇÃO, 1984, p. 22).

Apesar de não ser reconhecido como um quilombo urbano, os moradores do Calabar se identificam com a história passada e criaram uma identidade de luta e resistência que remete aos seus antepassados, que outrora lutaram contra o domínio dos seus corpos e pela liberdade, e, hoje, a luta se faz pela terra, pela moradia e pelas condições mínimas de sobrevivência.

Uma comunidade – reconhecida como “bem organizada” pelos gestores públicos devido a sua persistência pelas melhorias urbanas no bairro – demonstrou que é através da ação coletiva, da solidariedade comunitária e da resiliência contra a opressão, o descaso e a violência institucionalizada que é possível construir outra sociabilidade, para além da lógica predatória e consumista que remove comunidades para atender aos interesses inumanos do capital.

Reconhecido como “um ponto de terra pobre, cercada de riqueza por todos os lados”, por estar localizado no meio do metro quadrado mais valorizado da cidade, o Calabar resistiu através dos jovens e da Associação Beneficente e Recreativa, que pensaram democraticamente ações conjuntas e, desse modo, construíram uma identidade territorial a partir da perspectiva de direito à vida urbana.

O direito à cidade teoricamente existe, mas, na prática, forças trabalham no sentido contrário para impedir o exercício dos direitos, de modo que não sejam

reconhecidos, pensados e exigidos (HARVEY apud MIRANDA; REIS, 2018). Essas forças opostas foram contrariadas pelos moradores do bairro que se articularam e, engajados nesse espírito de luta, literalmente “colocaram a mão na massa” e materializaram o projeto de uma comunidade com posto de saúde, creche, escola e biblioteca.

A participação das mulheres nesse espaço de luta foi bastante significativa. Elas criaram um Grupo de Mulheres dentro da Associação, um espaço onde podiam falar dos seus problemas, fortalecer a autoestima e lutar por seus direitos. Nesse movimento de trocas, buscavam soluções coletivas e, a partir das necessidades percebidas, foram à luta pela construção da Escola Aberta, da creche comunitária, do posto de saúde e da horta comunitária. O grupo iniciou com 28 mulheres e ao final da construção da creche possuía apenas 8. Muitas desistiram porque não acreditavam que iriam conseguir concretizar as construções. Um pouco dessa luta transparece na fala da moradora Idalice:

Naquele tempo o Calabar não tinha nada, não tinha política, os donos do Calabar era a gente [...] a gente lutou, lutou. A gente ia para o Palácio da Aclamação, nego jogava bomba, a gente corria e depois voltava de novo [...] Pra fazer a Escola Aberta todo mundo ajudou. Arrumou um bloco para armar a escola. Juntamos com as voluntárias para fazer a creche do Calabar. Os meninos aqui era tudo perebentos [...] aqui era uma morreção (sic) de crianças [...] quando abriu o posto os meninos tudo bonitinhos [...] morria muita criança de febre tifo, febre amarela (D. Idalice).

Hoje, além do posto de saúde, da escola e da creche, a comunidade tem uma biblioteca comunitária com um acervo de 6.220 livros e a frequência de 120 leitores/mês. No diálogo com a moradora e também gestora da biblioteca sobre a questão do resgate da identidade negra com as novas gerações do Calabar,

que não passaram pela experiência coletiva de resistência pela terra, Janete relatou que:

A gente faz aqui dentro conversas, cine debate, discussões voltadas a nossa cultura e a gente chama a comunidade pra participar, pra entender um pouquinho sobre você, sobre como é que você se ver [...]. Um dia uma mulher que tinha 54 anos, disse que se viu negra com 32 anos [...]. Acho que a gente ficar calado e ver as coisas acontecendo não ajuda em nada. Mas, quando a gente procura atividade do tipo novembro negro, aqui a gente faz atividade o mês inteiro. A gente tira foto que é pra mostrar a sua beleza, faz um mural com todo mundo da comunidade, aí você se nota. E quando você ver uma criança que vinha pra cá e dizia que era branca e agora abre a boca e diz sou negra e tem orgulho de usar um torço. Há três anos colocar um torço era um processo [...] que é da macumba, de homossexual. Aí você dá uma oficina de torço e conta a história do torço [...] quando hoje tem oficina de torço tem mais criança que adulto. É um trabalho de formiga, mas que vale a pena (Janete, moradora e gestora da Biblioteca do Calabar).

Mesmo diante das dificuldades vivenciadas no processo de luta e resistência pela terra, as mulheres e homens daquele contexto histórico das décadas de 1970 a 1980 conseguiram se apropriar do território. Em meio às pressões do poder público e do mercado imobiliário, com as frequentes ameaças de remoção, tornaram-se protagonistas e construíram coletivamente equipamentos sociais que ficaram para a posteridade, para as novas gerações que estão crescendo na comunidade.

Esse olhar saiu do Grupo de Mulheres e deve ganhar um espaço para o seu significado na trajetória histórica do bairro na mobilização, na busca de doações de materiais, de voluntários para trabalhar nesses espaços. Algumas pessoas, por muitos anos, trabalharam sem receber salário, como foi o caso da professora Lindalva e de D. Idalice, que trabalharam na Escola Aberta e na creche, respectivamente. Essa participação deveria ser aprofundada em novas pesquisas, com foco

no protagonismo feminino negro do Calabar que não se restringiu ao ambiente doméstico, mas que se fez presente na luta cotidiana por permanecer no bairro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar sobre o bairro Calabar foi possível compreender o processo de resistência comunitária que culminou na conquista da permanência na terra e melhorias urbanas. Ao mesmo tempo, é possível fazer uma correlação dessa resistência com aquela dos escravizados nos quilombos, pelo seu significado histórico contra a ordem escravista. Por essa razão, defende-se, a partir de uma representação, que toda comunidade que resiste ao processo de expulsão, desapropriação e remanejamento deve ser considerada um quilombo contemporâneo.

O quilombo contemporâneo é, portanto, caracterizado pela forte presença de negros(as) que se identificam com a história dos seus antepassados, possuem uma identidade negra e resistem contra a lógica branca imposta para retirá-los do seu território. Outro elemento que precisa ser acrescentado a essa discussão é a longa trajetória de espoliação e direito à terra.

Ao analisar as violações dos direitos humanos – como o não acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, água e luz – a que a comunidade do Calabar foi submetida antes da luta por esses serviços, pergunta-se se a escravidão acabou ou foi reinventada, reconfigurada. Por que as estruturas sociais e institucionais insistem na sustentação das raízes da sociedade escravocrata em pleno do século xxi? As respostas a essas perguntas se encontram na concretude da vida das comunidades quilombolas, das favelas e dos assentamentos precários, porque os sujeitos que vivem nelas guardam, na pele, a história da transformação de pessoas em objetos, em coisas e, até mesmo, em negros.

Referências

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras**: Seu controle ou o Caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1992.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2013.
- CONCEIÇÃO, Fernando. **Cala boca Calabar**: a luta política dos favelados. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. **Salvador Cultura Todo Dia**, 2019. Calabar. Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=9&cod_polo=9. Acesso em: 5 jan. 2019.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins, 2014.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- MIRANDA, Bruna da Silva Ferreira; REIS, Haydéa Maria Marino de Sant´anna. O espaço urbano e a exclusão social. In: Lima, Jacqueline de Cássia Pinheiro (Orgs). **Identidade e Pertencimento**: A cidade como construção de sociabilidades. São Paulo: Pontocom, 2018, p. 113-121.
- NASCIMENTO, ABDIAS. **O Quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.